

A Mídia Como Naturalizadora e Fonte de Mudanças de Representações Simbólicas¹

Annelize Pires²

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Bauru, SP

Resumo: A mídia é uma das formas de representação cultural presentes nos sistemas sociais e a partir dela é possível ter contato com visões, representações e formas simbólicas. Ela se insere em um ciclo com a sociedade em que ambas fazem trocas de conceitos culturais para que possam tratar as temáticas. No entanto, nem sempre tais representações seguem as formas atuais de se referir aos objetos. Pretende-se neste artigo, demonstrar as mudanças que ocorrem na representação dos indivíduos travestis tomando como exemplo as publicações do ano 2000 e do ano de 2015 no jornal *Folha de S. Paulo*.

Palavras- Chave: Meios de comunicação, Sociedade, Travestis, Identidade, Representação

Há quem diga que os meios de comunicação podem mudar o mundo, outros dizem que eles são ferramentas ideologizantes que apenas reproduzem discursos de grupos majoritários. Fato é, que os meios de comunicação ultrapassaram os limites funcionais de apenas agentes informacionais e tornaram-se detentores do poder de reprodução de discursos e imagens simbólicas que estão presentes no ambiente de que fazem parte. Ao formularem seus conteúdos, tomando espaço e tempo como uma de suas barreiras na construção discursiva, eles selecionam, não apenas o formato que estrutura suas matérias, mas também, quais representações culturais retratarão suas personagens. Dentre diversas formas culturais presentes nos sistemas sociais, algumas tornam-se tão cotidianas que se naturalizam e são continuamente utilizadas, mesmo com as mudanças ocorridas nas estruturas sociais.

A falta de questionamento e de percepção de que modificações estruturais deveriam resultar em mudanças nas representações simbólicas e discursivas, torna-se uma justificativa para o uso indeterminado e ilegítimo de construções identitárias de épocas em que a luta pela igualdade era dificultada tanto ideológica quanto territorialmente. Nota-se que há ainda o uso de representações identitárias, tanto pela sociedade quanto pelos meios

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - Unesp - Bauru. Mestranda em Comunicação no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP, Campus de Bauru. Bolsista FAPESP, processo 2015/ 26945-7. E-mail: annelize.pires@gmail.com

de comunicação, provenientes de momentos históricos em que a representatividade era concentrada nas mãos de poucos grupos, e que a luta pela igualdade era centralizada em seus espaços de vivência, não se expandindo para outros territórios.

Os meios de comunicação tornaram-se elementos sociais, considerados parte da estrutura construída ao longo da organização de novas formas sociais. Os sistemas sociais se formam a partir de imagens simbólicas de seus agentes participantes, no entanto, tais imagens não são fixas ou únicas. Todas as representações formuladas dependem também da interpretação e dos contextos em que se inserem e são inseridos pelos demais, uma vez que a partir da externalização das representações, estas ficam a mercê dos demais agentes com quem se faz contato social, podendo ser utilizadas e modificadas.

Os veículos de comunicação como participantes dos sistemas sociais também são passíveis de utilizarem de representações e conceitos socialmente disseminados para que formulem seus discursos e transmitam suas ideias. Todavia, nota-se o constante emprego de representações que tornaram-se obsoletas e equivocadas. A contínua utilização de formas identitárias e simbólicas que não estão de acordo com a realidade atual resulta em um ciclo ininterrupto de disseminação de tais representações, podendo reafirmá-las ao invés de contribuir para sua mudança. Certas representações, quando utilizadas de maneira que não esta de acordo com a realidade ou da maneira como o representado deseja, pode dar margem para que estigmas e preconceitos fiquem aparentes.

Pretende-se comparar como os textos do jornal *Folha de S. Paulo* faziam referência as travestis em matérias do ano 2000 e como se referiram a elas no ano de 2015. O uso de conceitos culturais formulados em outras épocas e com contínua reprodução pode abrir precedentes para que a sociedade continue as disseminando, mostrando desconsideração com a identidade de gênero das travestis, como se elas não pudessem ser tratadas da maneira com a qual se identificam por uma questão de normas sociais tradicionalistas.

1. Meios de comunicação e Sociedade

Os veículos de comunicação em todas as suas modalidades tornaram-se elementos com grande destaque na hierarquia social contemporânea, muitas vezes, tendo mais poder do que os demais agentes sociais. No entanto, os veículos precisam dos participantes sociais

para que seus discursos sejam aceitos, tomando as formas culturais dos grupos que pretendem alcançar como modelos para formularem seus produtos. A partir destas representações, meios e sociedade fazem trocas simbólicas em que podem ocorrer modificações, reafirmações ou negações das formas culturais que estão sendo transmitidas. Assim, firma-se um contrato entre o corpo social e os meios de comunicação buscando validações de ambas partes.

Os meios de comunicação apenas refletem parcelas de um acontecimento, uma vez que ‘não há, não pode haver um todo “todo informativo”’ (MOUILLAUD, 2012, p. 57). A partir da seleção do que se considera importante, cada veículo se torna responsável pela legitimação das representações as quais está disseminando. Ao mesmo tempo, seu público também é responsável por tal legitimação, uma vez que, tende-se a consumir produtos que estão de acordo com sua forma de pensar. Desta maneira meios de comunicação e cidadãos se aproximam e estabelecem concordância no uso e reprodução de identidades e construções simbólicas.

Nem sempre a disseminação de representações está de acordo com o contexto a qual ela pertence em determinado momento histórico. Por mais que as formas culturais possam ser interpretadas de maneiras diversas, é necessário que ela esteja minimamente de acordo com as práticas e discursos do espaço atual. Existem tópicos da sociedade que mudam com rapidez enquanto outros sofrem com a resistência para que possam ser tratados de maneira igualitária e adequada.

Neste ponto, a mídia peca por, em diversas ocasiões, não se atualizar sobre os temas sociais os quais aborda. Não raro, vê-se nos veículos que o despreparo torna-os promotores de preconceitos e estigmas já presentes no corpo social e os quais há uma luta para que se modifique. Assim, ao invés de transmitirem discursos globalizadores, eles apenas repetem representações desatualizadas e que não condizem com a atualidade. Havendo uma tendência a serem considerados fontes de um tipo de saber, os meios de comunicação acabam apenas reforçando ideias que já estão presentes em uma rede cultural.

Aliás, grande parte das emissões midiáticas de nosso tempo, assim como a conversa entre as pessoas mais comuns, tem essa característica de repetir, por vezes com variações, o menu de sempre. Isso pode implicar em novos pertencimentos ou na luta para mudar os parâmetros da rede de que se faz parte. Pode, igualmente, fazer-

nos compreender porque as pessoas, muitas vezes, oscilam em suas opções de vida ou adotam posições até contra si próprias. também, isso tem a ver com as rupturas e as “opções” de cada um, que sempre tem um lado individual e outro coletivo. (LOPES, 2004, p. 44)

Por terem um contrato, mídia e sociedade caminham lado a lado para a disseminação, ou não, de conteúdos e formas culturais e identitárias. Se um determinado grupo utiliza certas formas culturais, há probabilidade de um meio de comunicação que pretende atingi-los, delinear seus discursos a partir de algumas de suas ideias. Assim, grupo e veículo farão trocas simbólicas constantes a partir deste diálogo e, com chances do meio atingir inúmeros outros indivíduos. Logo, as representações feitas serão validadas e trocadas em constantes ciclos e cada vez mais. Tal fato, demonstra a importância da mídia e da sociedade se adequarem às mudanças culturais que são realizadas conforme há o desenvolvimento social.

Se os meios de comunicação são como redes que interligam interpretações culturais e pessoas, eles precisam estar de acordo com as crenças e interpretações do maior número de pessoas possível, independentemente destas serem ou não seu público-alvo. Eles precisam tratar todos os agentes sociais de forma igualitária, infelizmente, nem sempre nota-se tal fato. Por serem acessíveis, os veículos permitem que grande número de vozes sejam ouvidas nos fatos que retratam, todavia, essa polifonia acaba se mostrando seletiva. É possível notar que em diversas ocasiões, ouve-se quem tem influência e poder. Participantes de grupos considerados minoritários não parecem ser primeira opção a serem ouvidos, principalmente em casos em que outros grupos estão envolvidos. Os estigmatizados continuam sendo vistos e reproduzidos como “diferentes” e, por isso, recebendo uma identidade discrepante das que os considerados de acordo com os padrões recebem. Assim, vão sendo construídos simulacros de pessoas, identidades virtuais são transmitidas ao público e consideradas como verdadeiras por estes, que tendem a reproduzi-las. Talvez, os grupos minoritários continuem sendo representados de forma estigmatizada, não apenas por uma falta de interesse da mídia e de alguns grupos sociais em reproduzi-los de tal forma, mas por um interesse em mostrar que eles não tem poder sobre suas próprias representações.

A informação é o que é possível e o que é legítimo mostrar, mas também o que devemos saber, o que está marcado para ser percebido (sinais em uma estrada nos assinalam que devemos prestar atenção às “montanhas da Ardèche” ou à “paisagem de Auxerrois”). Toda informação, como um asterisco em um guia, supõe a flecha de uma dêixis pela qual se autodesigna. Faz um anel com si própria. De maneira que, segundo os linguistas, qualquer asserção é destacada por um “e isto é verdade”, qualquer informação se legenda com um “e isto deve ter sido visto ou sabido”. (...) Existe um caráter imperativo na informação. (MOUILLAUD, 2012, p. 56-57)

Ao representarem normatizações e naturalizações vigentes no sistema social, dificulta-se que mudanças estruturais que ocorrem durante o processo histórico sejam aderidas, tanto pelos veículos quanto pelo corpo social. Uma vez que, no ciclo contratual mídia- sociedade, há contínuo uso dos delineamentos culturais formulados pela sociedade. Tal fato, pode resultar na resistência a mudanças e novas formas culturais. A tendência a seguir padronizações sociais pode resultar na formulação de textos que privilegiam, e podem deixar isso claro, alguns grupos e tratam os demais de maneira desigual.

2. Normatizações e Mídia

Na sociedade contemporânea, regras e normas foram formuladas para, praticamente, todas as áreas da vida social, seja ela privada ou pública, com o intuito de homogeneizar comportamentos e padrões sociais. Assim, formou-se uma cultura de modelos culturais para mostrar como os indivíduos deveriam agir para que estivessem em conformidade com o que era desejado. As normas passaram a ser transmitidas pelas gerações, sendo formuladas e reformuladas de acordo com o momento histórico e as necessidades que se apresentavam.

Tais modelos de pensar e agir tornaram-se tão naturalizados, que os participantes da cultura apenas os seguiam, e ainda os seguem, sem muitos questionamentos sobre os motivos que levaram a alguns deles. A cultura tornou-se uma forma de poder, como Geertz (2015, p. 33) explana “A perspectiva da cultura como ‘mecanismo de controle’ inicia-se com o pressuposto de que o pensamento humano é basicamente tanto social como público - que seu ambiente natural é o pátio familiar, o mercado e a praça da cidade”. Ideias gerais sobrepujaram a possibilidade de interpretação pessoal e, desta forma, os indivíduos tornaram-se reféns de conceitos pré-concebidos para quase todas as partes da vida. Todavia, não ter alguns padrões, principalmente de convivência, também poderia resultar em dificuldades de convivência.

O homem precisa tanto de tais fontes simbólicas de iluminação para encontrar seus apoios no mundo porque a qualidade não simbólica constitucionalmente gravada em seu corpo lança uma luz muito difusa. (...) Quanto ao homem, o que lhe é dado de forma inata são capacidades de resposta extremamente gerais, as quais, embora tornem possível uma maior plasticidade, complexidade e, nas poucas ocasiões em que tudo trabalha como deve, uma efetividade de comportamento, deixam-no muito menos regulado com precisão. Este é, assim, o segundo aspecto do nosso argumento. Não dirigido por padrões culturais - sistemas organizados de símbolos significantes - o comportamento do homem seria virtualmente ingovernável, um simples caso de atos sem sentido e de explosões emocionais, e sua experiência não teria praticamente qualquer forma. A cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela - a principal base de sua especificidade. (GEERTZ, 2015, p. 33)

O que ocorreu foi que, ao invés de serem formuladas formas gerais que pudessem guiar a vida das pessoas em busca de uma convivência harmoniosa, criaram-se linhas fixas de pensamento que diziam, e dizem, o que era certo e errado, limitando a vida das pessoas nessa dicotomia e mostrando como deveriam lidar com todos os aspectos da vida. A cultura contemporânea tornou-se mais uma possibilidade de julgar os demais com uma justificativa de que algo não se encaixa nos padrões sociais disseminados e nas “orientações padronizadas para os problemas recorrentes” (GEERTZ, 2015, p. 4)

Os veículos de comunicação também passaram a transmitir em seus produtos tais regras, normatizações e naturalizações. Passaram a existir os “normais” e os “anormais”, todos sabendo quem se encaixava em quais características para ser considerado de algum destes grupos. Quem era, e é, considerado “anormal” ou diferente é exposto a toda sorte de pré-julgamentos de ordens diversas. A partir da seleção do que é definido como comum por uma maioria social e o que é “excêntrico”, os veículos têm a oportunidade de formular e transmitir discursos a partir de enquadramentos referenciais.

A naturalização do “certos” e “errados”, fez com que os sistemas sociais se aprisionassem em torno de regras e normas. Conseqüentemente, a mídia como uma das ferramentas de disseminação de formas culturais, também contribui para que as divisões sociais sejam reafirmadas. A partir dos discursos midiáticos, as normas e padrões são transmitidas e podem chegar a todos os públicos, legitimando discursos e mostrando quem tem poder e quem não na hierarquia social.

Os espetáculos da mídia demonstram quem tem poder e quem não tem, quem pode exercer força e violência, e quem não. Dramatizam e legitimam o poder das forças vigentes e mostram aos não-poderosos que se não se conformarem, estarão expostos

ao risco de prisão ou morte. Para quem viveu imerso, do nascimento à morte, numa sociedade de mídia e consumo é, pois, importante aprender como entender, interpretar e criticar seus significados e suas mensagens. Numa cultura contemporânea dominada pela mídia, os meios dominantes de informação e entretenimento são uma fonte profunda e muitas vezes não percebidas de pedagogia cultural: contribuem para nos ensinar como nos comportar e o que pensar e sentir, em que acreditar, o que temer e desejar - e o que não. (KELLNER, 2001, p. 10)

Com sua massiva presença na sociedade, os veículos de comunicação tem a oportunidade, seja ela positiva ou negativa, de colaborar para que certas representações simbólicas construídas sejam vistas de maneiras mais próximas a realidade atual, o que nem sempre acontece. Alguns referenciais simbólicos que são utilizados ainda hoje, já não correspondem com a realidade daqueles a quem dizem respeito. Diversos discursos sobre grupos e indivíduos foram formulados em épocas em que a sociedade estava retida em uma pirâmide de poder restrita, em que poucos formulavam o que devia ou não ser dito e de que forma, resultando em discursos repletos de preconceitos e ódio.

Os grupos considerados minoritários sofrem ainda hoje com discursos que foram institucionalizados como normais e que se referem a eles de forma distante da realidade. Neste artigo, tratar-se-a, principalmente, dos discursos jornalísticos produzidos sobre as travestis, que apesar das mudanças que ocorreram na sociedade nas últimas décadas, continuam sofrendo com estigmas e tratamentos diferenciados por sua identidade de gênero. Muitos discursos não levam em consideração as próprias travestis, sendo produzidos de acordo com formas simbólicas criadas em épocas de maior exclusão delas, em que não se permitia que tivessem voz própria e tinham que aceitar como o resto dos indivíduos representava. Apesar das mudanças, alguns traços culturais ainda continuam sendo utilizados para referir-se a elas, mesmo com sua luta pela igualdade. Há um grande movimento pela mudança, e ele as está conseguindo, mesmo que aos poucos. Como a representação simbólica feita de acordo com a identificação do agente social que ele está representando.

3. Corpo e sociedade

A partir da organização social, foram e vão sendo formuladas e desenvolvidas as normas e regras com intuito de aproximar as formas culturais semelhantes para que ocorra uma identificação dos participantes de uma mesma cultura. Conforme ocorreu o

desenvolvimento social, houve a necessidade de categorizar os grupos, seja por semelhanças ou diferenças. Assim, padronizações e normatizações foram sendo construídas para que se pudesse saber quem pertencia a que grupo. No entanto, algumas regras que foram feitas acabaram se tornando ferramentas para excluir os participantes sociais e dividir o corpo social. As categorizações foram sendo modificadas para que se alcançasse uma harmonia social, no entanto, elas passaram a ser utilizadas, muitas vezes, para a exclusão do que é considerado diferente, resultando em conflitos sociais.

A partir da cultura, os agentes sociais vão formando suas identidades que surgem da interpretação das formas culturais vigentes e de como cada indivíduo faz sua leitura delas. Apesar disso, a ideia de individualidade interpretativa das normas sociais nem sempre resulta em aceitação da diversidade, mas sim, em exclusões, desentendimentos e polêmicas. A intolerância tornou-se elemento “comum” na cultura, surgindo nas ocasiões em que participantes de uma mesma cultura não aceitam que nem todos de um grupo precisam ter a mesma leitura de elementos simbólicos.

Quando vista como um conjunto de mecanismos simbólicos para controle do comportamento, fontes de informação extrassomáticas, a cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um. Tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas. (GEERTZ, 2015, p. 37)

Uma das formas identitárias que são alvo de grande preconceito são as maneiras com as quais cada indivíduo se apropria de seus modos de se sentir e se identificar e como externaliza isso em seus corpos. Na sociedade contemporânea, naturalizou-se que o corpo deveria se identificar com um dos dois gêneros: o feminino e o masculino. A partir da biologia dos corpos foi criado tal binômio e, teoricamente, indivíduos com determinadas características biológicas e corporais seriam classificados como pertencentes a um deles. A partir disto, normas e padrões sociais foram formulados para que os indivíduos agissem e se portassem quando em grupo.

No entanto, não se considerou que antes de ser designado como sendo “homem” ou “mulher” e ensinar um indivíduo quais são os delineamentos para seu gênero, é necessário que ele se identifique com seu corpo e com tais regras. Naturalizou-se que apenas pelos

genitais e pelas características que o próprio corpo produz, um indivíduo deveria seguir regras e normas sociais que foram feitas por outras pessoas para tal gênero. Esquece-se que, como diversas outras formas simbólicas, o corpo também é uma construção social, que cada indivíduo tem o direito de fazer dele o que acreditar ser o melhor e que siga suas próprias formas de ser e sentir.

As representações sociais atribuem ao corpo uma posição determinada no seio do simbolismo geral da sociedade. Elas nomeiam as diferentes partes que o compõem e as funções que desempenham, explicitam-lhe as relações, penetram o interior invisível do corpo para aí registrar imagens precisas, elas situam seu lugar no seio do cosmos ou da ecologia da comunidade humana. Este saber aplicado ao corpo é imediatamente cultural. (LE BRETON, 2013, p. 17)

Assim, o corpo tornou-se uma propriedade do todo social, com regras e normas para o que cada um poderia ou não fazer dele, como ele deveria ser construído, sem que se antecipasse que nem todas as pessoas se identificariam com seus corpos e, principalmente, com as normas que foram criadas para ele. O corpo externo passou a ser considerado uma ferramenta de aprisionamento. Ao invés de ser a vitrine da individualidade de cada um, refletindo os sentimentos e forma de ser de cada ser humano, ele tinha que ser um exemplo do seguimento de uma conduta social imposta pela sociedade em uma tentativa - falaciosa, diga-se - de harmonia e entendimento entre os que fazem as normas e aqueles que as seguem.

Por muito tempo, aqueles indivíduos que não se sentiam pertencentes aos seus corpos e que não estavam confortáveis com as convenções sociais que diziam o que cada um poderia ou não fazer com seus corpos, se mantiveram enclausurados em si mesmos, guardando suas identificações. Os preconceitos e estigmas àqueles que demonstravam não estar de acordo com os ideais que se tornaram costumes na sociedade eram, e ainda o são, de diversas ordens chegando, inclusive, à violências verbais e físicas, a exclusão e ao abandono familiar. A sociedade mostra, em inúmeros casos, que não seguir as “regras” estabelecidas tem consequências e que os indivíduos que insistem em condutas que vão de acordo com suas próprias identificações sofrerão as consequências, sendo sempre lembrados de que não pertencem ao grupo dos considerados “normais”, mesmo que todos tenham características que os diferem dos outros. A diversidade parece ser tolerada apenas

até um ponto limite. A partir da ideia do diferente e do normal, surgem os estereótipos, as marcas sociais que farão com que ocorram divisões de tratamento, inclusive, sendo reiteradas e reproduzidas pelos meios de comunicação.

As atitudes que nós, normais³, temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidos na medida em que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar. Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida (GOFFMAN, 1988, p. 13-14)

A partir das divisões entre normais e anormais, se formaram categorias sociais para que se “classificassem” os grupos minoritários. Assim, eles seriam citados como sendo participantes da sociedade mas que não se inseririam no grupo majoritário, dando a falsa impressão de inclusão social, mas ao mesmo tempo os afastando. A partir disso, a sociedade se estruturou, tendo-se a impressão de que os tratamentos eram o mais igualitário possível, para que eles tivessem um espaço, mas continuassem sendo vistos como diferentes dos demais, recebendo menos oportunidades, tendo menos espaço e menos voz.

No entanto, com o desenvolvimento social, os grupos minoritários passaram a perceber que não podiam se aprisionar nas regras e normas produzidas por outros grupos da sociedade. Assim, passaram a buscar meios de mostrar que são participantes do sistema social e que não se contentariam com os espaços cedidos por aqueles que não os consideravam como membros sociais. Como indivíduos que tem direitos e deveres, eles devem ser vistos como os demais, sem precisarem afirmar tal fato. No entanto, muitos deles tem um histórico repletos de estigmas criados e reiterados ao longo da história social, como é o caso das travestis.

As travestis são pessoas que são designadas no nascimento, normalmente, como sendo do gênero masculino e que, não se sentem de acordo com os traços biológicos e as normas sociais formulada para tal gênero. Assim, buscam maneiras de realizar transições para que estejam de acordo com o gênero com o qual se identificam, o feminino. Tais procedimentos podem ser cirúrgicos, estéticos, hormonais, de vestimentas, ou qualquer

³ Goffman define a ideia de indivíduos normais como sendo aqueles que “não se afastam negativamente das expectativas particulares de acordo com 3 tipos de estigma: as abominações do corpo, como as deformidades físicas; as culpas de caráter individual e os estigmas tribais de raça, nação e religião (1988, p. 14).

outro que as aproxime de suas identidades reais. No entanto, diversos grupos da sociedade passaram a excluir as travestis por considerarem que elas apenas queriam “inverter” os papéis reguladores da sociedade. O que não se percebia, e ainda hoje não se percebe, é que gênero não é uma escolha, mas uma construção social, em que cada um tem suas interpretações da cultura em que vive e, a partir da junção delas com seus sentimentos, os externaliza em forma de construção corporal de sua identidade, como Leite Jr. (2011, p. 122) explana: “Percebe-se então que a construção social do que pode ou não ser reconhecido como corpo, sexo ou ser humano é um jogo de relação entre poderes que se organizam, embatem e criam resistências dentro das normas de gênero”.

As travestis subvertem as ideias de gênero biológico ao seguirem suas vontades e identificações e delinearem seus corpos de acordo com seus desejos. Elas não se importam com o que a cultura fixou como sendo “masculino” e “feminino” e vivem de acordo com suas próprias formulações de gênero, não se deixando afetar pelas regras culturais, ficando, muitas vezes, “entre” os gêneros. Assim, elas desafiam o que a sociedade impôs e afirmam suas identidades, mesmo assim, elas tendem a seguir, como todos os demais indivíduos, algumas normas de gênero da cultura em que vivem, neste caso, o gênero com o qual se identificam, aperfeiçoando-as da forma que desejam.

Trata-se de uma cortina de fumaça que consegue, de maneira eficaz, desviar a atenção e obscurecer o fato de que as travestis são ‘condensações’ de determinadas ideias gerais, representações e práticas do masculino e do feminino. Meu argumento, portanto, é que ao invés de simplesmente inverter um conjunto de ideias, representações e práticas, virando-os de cabeça para baixo carnavalescamente, o que as travestis fazem é elaborar determinadas configurações de sexo, gênero e sexualidade que sustentam e dão significado às concepções de ‘homem’ e ‘mulher’ no Brasil. Travestis cristalizam tais noções; aperfeiçoam e completam tais noções, para usar um termo utilizado pelas próprias travestis ao se referirem a suas práticas corporais. (KULICK, 2008, p. 26)

Infelizmente, há ainda muita incompreensão e preconceito com as travestis por assumirem suas identidades e viverem de acordo com suas próprias normas. Elas sofrem com descaso e desconsideração de diversos setores da sociedade, sendo expostas a constrangimentos e humilhações. Em situações diversas, são tratadas de acordo com seu gênero designado no nascimento, quando se identificam como as mulheres que são. Por mais que a questão de identidade seja exigida em situações sociais diversas, as travestis,

muitas vezes, são tratadas não por sua identidade mas por sua biologia, como se não se pudesse tratá-las de acordo com sua identidade de gênero, havendo inclusive, a reiteração de diversos aspectos culturais que lhes são atribuídos, como o uso do masculino em sua forma de tratamento.

Os veículos podem contribuir para a fixação dos aspectos sociais e identitários das travestis, uma vez que se utilizam de de identidades socialmente construídas e disseminadas para abordarem os objetos. Os veículos não criam as representações de maneira autônoma, no entanto, eles são participantes do ciclo de reafirmação das formas simbólicas presentes no corpo social. Desta forma, os grupos sociais minoritários e que já são vítimas de exclusão social continuam com uma visibilidade diminuta ou estigmatizada, pois não há uma adaptação constante as formas com as quais tais grupos devem ser tratados. Mesmo que sejam citados nos veículos, a representatividade nem sempre é presente.

4. Análise

Ao notar que, por mais que mudanças sociais estejam sendo feitas e aderidas, nem todos as aceitam e as utilizam, pretende-se comparar como há resistência e se houveram mudanças na representação das travestis em matérias do ano 2000 e dos ano de 2015. Por mais que a sociedade esteja se abrindo e buscando uma igualdade no tratamento de todos os agentes sociais, ainda se utilizam traços culturais provenientes de épocas as quais as minorias não tinham oportunidade de expor como gostariam e deveriam ser tratadas.

Não se pretende julgar se o veículo jornalístico, neste caso o jornal *Folha de S. Paulo*, usou tais traços com intenção de tratar as travestis de forma excludente, mas sim, perceber como determinadas representações são construídas e disseminadas e continuam sendo utilizadas mesmo com aberturas e mudanças culturais que ocorrem constantemente. Não é possível analisar todas as matérias de todos os anos, todavia, usar-se-a uma amostra de matérias dos anos de 2015 para um comparativo.

As construções transmitidas sobre as travestis são, muitas vezes, reproduções de estigmas e preconceitos de épocas em que elas tinham menos oportunidade do que atualmente, de mostrar sua maneira de ser e eram popularmente consideradas como “homens que se vestem de mulher”, visão reducionista e que padroniza e limita não apenas a identidade das travestis mas do que é ser homem e ser mulher. Mesmo que algumas

matérias sejam positivas sobre as travestis, uma parcela delas ainda as trata seguindo conceitos culturais pré-estabelecidos e que são circundados de visões equivocadas.

No ano 2000, foram contabilizadas cinquenta e nove matérias que citam o termo “travestis” em seus textos, algumas as têm como personagens principais ou secundárias, outras as citam como participantes do grupo LGBT. Durante o ano, diversas matérias as citaram com a utilização do artigo no masculino, algumas inclusive, citando seus nomes de registro ao invés do nome social. Apesar da disseminação do uso do termo travesti com referências e colocações no masculino, a forma correta de tratá-las é no feminino, uma vez que é essa sua identidade, usando nomes e se apresentando física e psicologicamente no feminino. Como explica Cesar Gordon, tradutor do livro de Don Kulick para o português sobre a necessidade de escolha de um artigo para a referência “uma vez que a língua portuguesa não admite a forma neutra de gênero como a língua inglesa, foi preciso escolher entre o uso do masculino ou do feminino para travesti. Com o aval do autor, optei por utilizar o gênero feminino, que vem se tornando de emprego mais amplo no Brasil desde o final da década de 1990 e início da década atual”⁴. Como nota-se, desde o início dos anos 2000 já utilizava-se travestis com referência no feminino, mas havia ainda resistência para esse uso, inclusive não sendo utilizada nos veículos midiáticos. Outras citações feitas no diário não se utilizam de artigo de gênero para referência, deixando-os neutros com o uso da preposição “de”.

As matérias deste ano foram, em sua maioria, sobre assuntos como prostituição e noitadas, parada da diversidade, participação na sigla LGBT ou violência, algumas falavam sobre artes, com as travestis como personagens de peças de teatro e cinema ou fotografias. Poucas falavam sobre a exclusão de minorias, uma inclusive, usava o termo “travecas” para citá-las. Apenas uma matéria tem como tema algo realmente positivo sobre as travestis, a matéria “Travesti lança candidatura em São João da Boa Vista” publicada no dia 30 de julho de 2000, menciona travesti no feminino e no masculino. Ao falar da candidata, utiliza-se seu nome social e faz referência a ela no feminino, apesar da legenda da foto no masculino. Mas ao citar travestis no contexto geral, utiliza-se do masculino, mesmo que a

⁴ O livro foi traduzido para o português em 2008, e publicado em seu título original em 1998. As pesquisas foram feitas entre 1996 e 1997.

identidade de cada indivíduo seja construído individual e que varie de acordo com a cultura em que se vive, como Pelúcio (2005, p. 109) esclarece em nota de rodapé em um de seus artigos “Ainda que não haja consenso sobre qual o gênero da palavra travesti, entre elas o uso dos artigos, pronomes e substantivos para se auto-referirem ou para tratarem aquelas que lhe são próximas é sempre no feminino”. Pode-se perceber que a utilização do masculino é uma forma cultural e identitária criada por outros indivíduos que não travestis, comumente utilizada e que não leva em consideração as próprias travestis e suas formas de se perceberem e se sentirem, dando a impressão de que as travestis são tratadas de tal forma e que ninguém buscou fazer nada para mudar isto. Como se por terem sido designadas como sendo do gênero masculino ao nascerem, de acordo com seus genitais, elas não pudessem ser outra coisa senão homens, e que sua identidade seria masculina, logo, deveriam ser tratadas no masculino, o que não é algo verdadeiro.

Já ao analisar as matérias publicadas em 2015, nota-se uma mudança nas temáticas abordadas pelo veículo ao falar sobre travestis e indivíduos transgêneros, dando visibilidade para temáticas específicas, como políticas públicas voltadas para travestis, o uso do nome social no enem, o ensino de questões de gênero nas escolas. Há ainda matérias sobre violência, polícia, e sobre transgêneros sofrerem abusos. Algumas matérias ainda utilizam o uso do artigo masculino para se referirem, mas uma parcela já utiliza o artigo feminino e os nomes sociais para abordar as travestis, um ponto positivo e de extrema importância para a visibilidade e aceitação destas pela sociedade. No caso sobre programa de formação para travestis, utilizam os nomes sociais das entrevistadas. Em outra matéria sobre travesti espancada, citam seu nome social e, apesar de mencionarem que é o nome social, o não uso do nome de registro como se fazia, e ainda se faz, já demonstra uma conscientização de que elas são mulheres e assim devem ser apresentadas, mostrando que os fatores biológicos e de designação ao nascer não são o que determinam o pertencimento a um gênero. As temáticas estão mais diversas, não ficando apenas em assuntos estigmatizados como prostituição e violência. Uma das matérias cita a sigla LGBTQ, de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros/transsexuais e Queer, termo relativamente novo na cultura social e que muitas pessoas não conhecem, mostrando que o veículo está buscando estar mais de acordo com a cultura atual.

5. Considerações Finais

Foi possível constatar uma mudança positiva na forma de representar as travestis entre os anos de 2000 e 2015. Notou-se que a representação que se tinha no ano de 2000 passou por modificações e ficou mais adequada as formas culturais que se tem atualmente. Apesar de todas as mudanças que ocorreram e que estão em constante ciclo de modificação, algumas representações identitárias ainda esbarram em questões socialmente disseminadas, como o uso do masculino, mesmo havendo uma adequação aos discursos atuais..

O aumento de matérias que não ficam nas temáticas já esperadas também é um ponto positivo da publicação. Ela está abarcando mais a diversidade e mostrando que as travestis, e os demais membros da comunidade LGBTQ, são indivíduos que estão no sistema social e que tem direitos e deveres, não publicando apenas polêmicas ou assuntos que estigmatizam as travestis. Nota-se também, que há uma tentativa de mostrar o que é nome social, o que são indivíduos cisgêneros e o sobre o nome social.

O jornal, mesmo que aos poucos, está se adequando a sociedade contemporânea e possibilitando que se transmitam e conheçam novas representações e formas identitárias e simbólicas das travestis, mostrando que os preconceitos e estigmas que foram formulados em outras épocas e que excluíam as travestis não devem continuar sendo utilizados e que elas devem ser tratadas de acordo com a forma com a qual se identificam.

6. Referências Bibliográficas

- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. 1a edição. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2015.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S.A. 1988.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: Editora Edusc, 2001.
- KULICK, D. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Tradução: Cesar Gordon. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- LE BRETON, D. Antropologia do corpo e modernidade; tradução de Fábio dos Santos Creder Lopes. 3a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- LEITE Jr., J. **Nossos corpos também mudam**: a invenção das categorias " travesti" e "transexual" no discurso científico. São Paulo: annablume, FAPESP, 2011.
- LOPES, L. C. **O culto às mídias**: Interpretação, cultura e contratos. São Carlos: EdUFSCAR, 2004.
- MOUILLAUD, M. A crítica do acontecimento ou o fato em questão *In O jornal*: Da forma ao sentido. Maurice Mouillaud; Sérgio Dayrell Porto, [Organizador]; Sérgio Grossi Porto, tradução. - 3. ed. rev. ampl. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.
- PELÚCIO, L. "Toda quebrada na plástica" - Corporalidade e Construção de gênero entre travestis paulistas. *In Campos - Revista de Antropologia Social*, 2005.